

PROCESSO DE NEOLIBERALIZAÇÃO NO BRASIL NO ÚLTIMO BIÊNIO: TRANSFORMISMO ININTERRUPTO OU CONTRARREVOLUÇÃO PERMANENTE

Luís Fernando Novoa¹

RESUMO: O presente artigo procura demarcar o que seria o processo de neoliberalização, observando a confluência entre reestruturação econômica e regulatória no capitalismo no Brasil no último biênio. A pesquisa de natureza histórica e teórica estabelece um cotejamento entre referenciais analíticos e dados históricos e processos político-institucionais referentes aos governos FHC e Lula-Dilma. Procedeu-se uma aproximação do que seja um padrão de acumulação e uma fórmula de dominação/hegemonia que se enraizou no país a partir de 1994. Nossa expectativa é que o percurso de nossa argumentação possa definir as permanências "neoliberais" como obstruções de alternativas colocadas historicamente, mas sistematicamente sabotadas e neutralizadas.

Palavras-chave: Neoliberalização. Reestruturação do capital. Processo de apassivamento.

ABSTRACT: This study aims to outline what is understood as the neoliberalization process, observing the convergence between economic and regulatory restructuring in Brazilian capitalism in the last couple of years. The historical and theoretical study developed here traces a parallel between analytic references and historical data and political-institutional processes concerning the FHC and Lula-Dilma governments. Therefore, we investigate the accumulation pattern and the domination/hegemony strategy that set roots in the country since 1994. We expect that the route of our argumentation helps to define "neoliberal" abidings as obstructions for alternatives historically placed, but systematically sabotaged and neutralized.

Key-words: Neoliberalization. Capital restructuring. Process of passivation.

Ao nos referirmos ao neoliberalismo não estamos nos referindo ao ideário neoliberal de Von Mises, Hayek, e Friedmam - cujo papel foi predominantemente retórico e ideológico - e sim ao conjunto de práticas de liberalização e demais políticas orientadas para expansão e concentração de mercado, originadas nos anos 1970 e que foram se tornando hegemônicas quando sistematizadas e receitadas pelas IFMs ao longo dos anos 80 e 90.

Esta última grande reestruturação do padrão regulatório do capitalismo teve pontos de partida e evoluções muito diferentes. Os chamados “anos dourados” do

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia.

capitalismo, entre 1945 e 1971, somente o foram muito parcialmente e em um intervalo temporal e espacial restrito. O “consenso keynesiano” construído em torno da centralidade de políticas econômicas contra-cíclicas, isto é, capazes de sustentar a liquidez nos períodos de decrescimento, teve validade como fórmula provisória de estabilização dos capitalismos centrais e de seus entornos imediatos. A curta correspondência institucionalizada entre níveis de produção e de consumo logo deu lugar a uma defasagem crescente entre as exigências da acumulação e as bases sociais do consentimento.

Consideramos ser uma estratégia teórico-política deliberada a redução da crise estrutural do capitalismo a uma crise do chamado Welfare State ou do Estado desenvolvimentista, como se em um momento anterior fôssemos todos regidos por uma acumulação organizada, nacional e virtuosa. É objetivo do texto promover uma ampla depuração de qualquer “nostalgia do fordismo” (BRAGA, 2003) ou “saudades do subdesenvolvimento” (cf. ARANTES, P. *apud* SANTOS, 2007). Condição *sine qua non* para escapar às críticas datadas e para confrontar pseudo-alternativas que se apresentam em denominação composta do tipo “social-liberalismo” ou “neodesenvolvimentismo”.

A flexibilidade intrínseca à esta nova institucionalização é aquela que permite restaurar, depois exponenciar graus e ritmos de acumulação de capital. A combinação entre reestruturação produtiva e regulatória é entendida aqui como intento de restauração do poder de classe através do acionamento de múltiplas contratendências, como: a) precarização da força de trabalho e minimização de direitos sociais; b) amplificação dos mecanismos de valorização nucleados na esfera financeira; c) privatizações de bens e equipamentos públicos; d) novos padrões de internacionalização ainda mais assimétricos (BRAGA, 1996; HARVEY, 2007).

O duplo movimento ideal e a ofensiva redobrada

Em formulação paralela e complementar à de Keynes, Polanyi (2000) advoga a persistência histórica de um duplo movimento, um de expansão contínua do mercado (*commodification*) e outro de autoproteção social (*decommodification*). Em termos mais abstratos, observar-se-ia uma coreografia entre um movimento particular de

descolamento da “economia de mercado” e um movimento geral de sua recolocação em uma “sociedade de mercado”.

A institucionalização deliberada e abrangente do mercado é, para Polanyi, a melhor forma para contornar reviravoltas históricas catastróficas. Contudo, foi o temor a essas reviravoltas ou a experiência parcial delas que tornou postulável a regulação sócio-política dos mercados. O duplo movimento aludido não pode obscurecer o também duplo papel do Estado, esteio da acumulação de capital e espaço de legitimação social. Duplo papel construído no embate e na composição de forças sociais e suas estratégias. Exatamente por isso reajustável e mutável ao ponto de se converter em ofensiva redobrada, acumulação legitimada em si mesma que cria uma esfera legitimatória reflexiva, mercado auto-regulado como se regulado fosse.

Polanyi criou um aparato analítico que procura exorcizar a virtualidade de um mercado desregulado. Seu trabalho seria, desse ponto de vista, uma racionalização possível do aprendizado da “sociedade”, após as duras lições da crise de 1929 e de duas guerras mundiais que a intercalaram. Depois disso, acreditava, não haveria mais ponto de retorno, haveria sim um ponto de culminação da regulação social do mercado, apresentada portentosamente como “A Grande Transformação”.

Na gênese traçada por Polanyi do movimento e do contramovimento, fica patente uma filosofia historicista da circunstância. Enquanto a expansão do mercado seria impulsionada pela dinâmica avassaladora da mercadorização, isto é, da generalização das relações comerciais e monetárias, que propicia a miragem de um mercado autorregulado, o contramovimento de proteção social supõe uma reação social auto-originada, uma espécie de anticorpo reequilibrador que se engatilha automaticamente a partir do acúmulo de contradições. Burawoy (2010), em crítica a um conjunto de autores (Peter Evans, Beverly Siver, Gay Seidman, entre outros) que escoraram seus últimos trabalhos na obra de Polanyi, sugere uma nova aplicação da categoria de “duplo movimento”, despida da correlação apriorística e finalista que lhe dera Polanyi:

Uma vez que esta teleologia não funciona, uma vez que a tentativa de relegar o mal ao passado e o bem ao futuro é rejeitada, podemos enfim entender a história do capitalismo como uma sucessão de grandes transformações em que mercadorização e contramovimento

embricam-se complexamente, sem um ponto de chegada definido (BURAWOY, 2010, p. 307).²

A categoria assim depurada pode nos ser útil para desnudar a dinâmica profunda que rege as variações neoliberais. Depois de duas ondas de *commodification* desde o século XIX e duas ondas de “grandes transformações” (adoção das Leis Sociais no fim do século XIX, e Estado regulador/ Sistema Breton Woods após 1929), estaríamos sob a vigência de uma terceira onda de mercadorização sem que haja nenhuma terceira grande transformação à vista, muito menos engatilhada.

Isso nos remete aos anos 1970, quando se deu uma extraordinária reversão – endossaram-se panaceias de mercado nas revoluções ideológicas de Thatcher e Reagan, no Consenso de Washington, no ajuste estrutural, na Perestroika e finalmente no colapso da URSS. Assim, a regulação do estado deu margem a uma terceira onda de mercadorização em meados dos anos 1970, depois da crise do petróleo. (BURAWOY, 2010, p. 308).

Essa “terceira onda” de mercadorização foi interpretada por Jessop como a passagem do padrão *Welfare* de regulação para um padrão “*Workfare*”. Ao invés do Estado provedor e protetor, tem-se o Estado que retira seus suportes para liberar a laboriosidade e a eficiência latentes na sociedade. Nessa descontinuidade é que se vislumbra o que Jessop (2002b) denominou com o “paradoxo de Offe”: se por um lado o capitalismo não pode conviver com o *Welfare State*, por outro não consegue sobreviver sem ele (OFFE *apud* JESSOP, id, p. 334).

Assim como a democracia enquanto reinvenção social autônoma é incompatível com a lógica da acumulação e concentração incessantes, compromissos sociais acerca de uma “taxa média” de exploração ou de um nível mínimo prescritivo de direitos sociais demonstraram ser circunstanciais. Corpos estranhos ao organismo de extração de mais-valor e de acúmulo de capital, democracia e bem-estar servem de vacina, em dosagens adequadas, contra insurgências epidêmicas.

Variações do “Estado competitivo”

² Tradução livre do autor, como doravante todas demais citações.

A acentuação de características típicas de um pólo em relação ao outro pode ser útil como primeira aproximação, além de revelar as categorias discursivas fulcrais que sustentavam/ sustentam práticas político-administrativas e suas críticas respectivas.

Os chamados novos “Estados competitivos”, idealmente “schumpeterianos” - que expressam a superação do padrão de bem-estar ou nacional-desenvolvimentista de Estado capitalista predominante do pós-Segunda Guerra até os anos 1970 (JESSOP, 2002b) – não podem competir, mas sim fazer competir. São Estados constituídos como espelho das “necessidades do mercado” naturalizadas de início, como institucionalidade facilitadora, permissiva e normalizadora de novos processos expropriatórios. Enfatizamos aqui não o espelhismo como reflexo ou derivação, mas como simultaneidade ou acoplamento estrutural entre as esferas econômica e política.

Na definição, por contraste, do Estado Schumpeteriano Competitivo³, Jessop (2002a, 2002b) se vê compelido a formar um conjunto muito mais coerente do que o que se apresenta seja no plano objetivo, seja no discursivo. É preciso então dessubstantivar e desconstruir o conceito à luz da experiência histórica brasileira recente - tendo como alvo o que Jessop considera como pontos convergentes das proposições neoliberais:

- 1) A sua caracterização como “ideologia impregnada” nas instituições precisa aquilatar a variância dessa impregnação em distintas instituições – certamente mais intensa naquelas atinentes à política econômica e ao mercado financeiro.
- 2) A condição de ser espaço de convalidação da “internacionalização dos regimes” e das regras do jogo não pode ser entendida como uma emanção linear e homogênea de instituições multilaterais ou de um pretense super-imperialismo, e sim como uma tensa resultante de arranjos bilaterais, tri ou plurilaterais (blocos regionais e áreas de livre comércio, acordos setoriais transnacionais).

³ A classificação impõe um norte não menos normativo que a de “Estado keynesiano”, só justificável para fins didático-analíticos, pois implica em uma oposição pouco judicosa ao Estado das prerrogativas inovacionais e empreendedorísticas que Schumpeter idealmente reputava exclusivamente ao empresariado.

- 3) A disseminação da “inovação” como meta, premissa e justificção universal (porém particularizada) resulta em uma lógica inovacional voltada para a produtividade das empresas, para a exponenciação do consumo e para o (auto) disciplinamento social.
- 4) Quanto à fluidez ou “reduzida incidência dos aparatos institucionais”, é preciso perceber o que se descentraliza e se torna cosmético e o que se blinda e se obscurece ao olhar e ao escrutínio público.

As variantes do ESC ao padrão neoliberal, que lhe seria congênito, procuram indicar possíveis especificações e adaptações regulatórias, mantendo de algum modo o liame com o tipo ideal shumpeteriano de *Workfare* (JESSOP, 2002a). Ao apresentar subtipos ideais que seguem, tratamos igualmente de aproximá-los ou contrapô-los às práticas historicamente determinadas no último biênio no Brasil.

Na variante neoestatista, um novo Estado surgiria como um espaço antecipador do mercado, um ente catalizador das inovações e coordenador da dinâmica descentralizadora e auto-reguladora dos mercados, já que, como o próprio Jessop reconhece, “Estado mínimo” e “livre mercado” são expedientes retóricos que recobrem um intensivo intervencionismo estatal em favor da abertura dos mercados e de sua posterior concentração. Esse tipo de Estado seria tributário, em sua forma organizacional, da “economia da informação”, transfigurando-se em “inteligência coletiva” das redes econômicas e sociais entrecruzadas. No caso brasileiro a definição dos chamados “setores estratégicos” seguiu os critérios de aptidão em ambientes de concorrência desleal ou monopolísticos.

Tal como uma edulcorada “sociedade em rede”, o neocorporativismo⁴ imaginado por Jessop pressupõe uma reestruturação processada entre o setor privado, o setor público e o “terceiro setor”. Uma desregulação coordenada tripartite com mediações e transições que procuram equalizar os sacrifícios e esforços feitos em nome da competitividade e da inovação. Já o neocorporativismo que perdurou após a reconfiguração patrimonial e a liberalização comercial-financeira nos anos 90 no Brasil “setorizou” o Estado à sua imagem e semelhança. Ao “terceiro setor” couberam as

⁴ No sentido predominante que lhe deu Schmitter, o neocorporativismo é “um sistema de representação de interesses e/ou posições, um modo específico ou um arranjo institucional ideal-típico que articula interesses associativos organizados da sociedade civil com as estruturas decisórias do Estado.” (1974, p. 86)

políticas focais nas lacunas. Política industrial para confirmar no futuro trajetórias pretéritas dos grupos econômicos mais “competitivos”, a política das “empresas-campeãs”: menos escolhidas que escolhedoras.

A variante neocomunitarista do ESC seria sua própria extrapolação pela via associativa e cooperativa. As parcerias público-privadas seriam sobrepujadas por parcerias público-sociais, entre Estado e o “terceiro setor”. No Brasil, antes considerado uma incubadora de experiências de democracia participativa, observou-se um processo de esterilização e pasteurização dos espaços participativos conquistados durante as mobilizações nos anos 80. Depois dos programas “focalizados” do período FHC, nos Governos Lula e Dilma, as políticas de redução da pobreza extrema se expandiram na mesma medida em que se contraíram as políticas universalizadoras de direitos a saúde, previdência e transporte urbano. Nas franjas das zonas processadoras de *commodities*, acoplam-se cinturões de agricultura familiar e redes de “economia solidária”. Neocomunitarismo sim, porém cosmético, com intuito dissimulador e domesticador.

Ao chamar a atenção para essas possíveis variações do Estado Schumpeteriano Competitivo, no começo dos anos 2000, Jessop parecia querer trazer, ao menos para o campo analítico, as alternativas suprimidas no lema neoliberal predominante à época, o TINA (*there is no alternative*). Ainda que a construção desse modelo seja tributária da abordagem típico-ideal weberiana, que restringe o escopo comparativo às significações da realidade – considerada inapreensível - Jessop parecia querer minar as proposições neoliberais de unicidade e culminância do regime *Workfare* e disponibilizar um padrão de variações espaço-temporais que indicassem a continuidade de contradições e saídas.

Abordagem similar, porém com distintas implicações teóricas e políticas, é aquela que, naturalizando o modo capitalista de produção, busca distinguir seus distintos enraizamentos e suas distintas trajetórias a partir de premissas historicistas e (neo)institucionalistas. As “variedades de capitalismo” (*varieties of capitalism* – VOC)⁵ originariam-se de uma bipartição inicial: 1) economias de mercado coordenadas (*coordinated market economies* - CMEs), em que firmas e atores não mercantis constituem o marco institucional no qual as atividades econômicas se inserem e 2)

⁵ As variedades de capitalismo refletem a diversidade de estratégias empresariais – no bojo de singulares arcabouços institucionais, compondo uma escala comparativa reveladora de maior ou de menor eficácia de determinadas instituições. A primeira formulação da dicotomia entre um padrão anglo-saxão liberal e um renano regulado, foi feita por Albert (1993). Em momento posterior, a formulação foi sistematizada e alargada por Hall & Soskice (2001).

economias de mercado liberais (*liberal market economies* -LMEs), nas quais as estratégias das firmas e das demais estruturas econômicas são definidas fundamentalmente pelo mercado. A classificação de “variedades do capitalismo” subentende uma não problematização do capitalismo como um sistema historicamente estruturado, um olhar estático que redundando em uma taxonomia territorialmente uniforme e homogênea.

Variação e compossibilidade

Jessop, em seus escritos mais recentes, se distancia dessas formas homogêneas de catalogação em nome de conceituações como “compossibilidade” (JESSOP & JONES, 2010) e “capitalismo variegado” (*variegated capitalism*) (JESSOP, 2012; 2013a), conceito este refinado em conjunto com outros autores (BRENNER, PECK & TEODORE, 2009; PECK, 2010).

Na (in)compossibilidade, isto é, na condição em que elementos e arranjos são compatíveis ou incompatíveis entre si, é possível perscrutar a contingência e a oportunidade da variação, da seleção e da institucionalização de uma determinada configuração socioespacial. Antes de investigar formas e funções de um determinado Estado observando-o isoladamente, mais frutífero é a compossibilidade destas formas e funções no sistema financeiro internacional e no último equilíbrio inter-imperialista. O preço da coexistência em espaços comuns determinados enquanto possíveis não é pequeno para os segmentos, classes, regiões e países compulsoriamente tornados complementares.

Sob o prisma de um “capitalismo variegado”, mereceriam ser destacadas:

(...) a) a importância das contradições capitalistas, conflitos enraizados em diferentes papéis no âmbito do circuito de capital e/ou da divisão global do trabalho e dos conflitos de classe, e b) a dependência da reprodução capitalista de aparatos extra-econômicos estruturais e institucionais e formas específicas de compromisso institucionalizado no interior do bloco do poder e entre este e as forças sociais e populares. (JESSOP, 2009, p. viii).

Os processos de neoliberalização promovidos por uma burguesia mundializada a partir de Estados-chave e sob dominância financeira só pode ser interpretada nos termos de uma contrarrevolução permanente em que cabem todas as contratendências à queda tendencial da taxa de lucro simultaneamente, novas formas e novos alvos de expropriação e de acumulação se somam às tradicionais. Isso quer dizer que as alternativas para a reprodução e sobrevivência do capitalismo são proporcionais à abrangência e complexidade de suas contradições, alcançadas ao final do século XX.

Esse continuado processo de reestruturação significa a multiplicação das arenas de mercado existentes. As mediações e composições extra-econômicas ou não mercantis são reabsorvidas ou reconstruídas em moldes mais instrumentalizáveis. Na remissão feita por Oliveira, chegou a hora da “vingança do valor” depois de uma inconveniente intromissão de espaços de “anti-valor” (*apud* PAULANI, 2003).

Era FHC e Era Lula sob o ângulo analítico da “revolução passiva”

Com o propósito de inserir a passagem do entrechoque de projetos para o entrecruzamento discursivo-institucional em um marco analítico ampliado, faremos uso do referencial gramsciano de “revolução passiva”. Gramsci extrai o conceito do cenário estrito em que foi originalmente elaborado - o *Risorgimento* italiano⁶ - e o depura de sua aplicação mecanicista e essencialista por Cuoco, um escritor e ativista político vinculado ao levante republicano de Nápoles de 1799. Cuoco estabeleceu uma análise comparativa em que a “ativa” Revolução Francesa figurava irreproduzível nas condições italianas dadas⁷.

Gramsci considera que o conceito de “revolução passiva”, no uso ampliado e adensado que propõe, concerne a “toda época repleta de transformações históricas” (1999, p. 236), como cremos ser o caso do último biênio no Brasil. Neutraliza-se o sujeito antagônico de dois modos subsequentes: incorporando seu horizonte econômico-corporativo e impedindo a realização de seu potencial ético-político. A conservação que

⁶ O *Risorgimento* compreende os desdobramentos tortuosos da Revolução Francesa na Itália a partir de 1789 – ora insuflados pelas aspirações unificacionistas da burguesia italiana e setores médios, ora filtrados pela renitência das oligarquias rurais e do poder eclesiástico - se estendendo até a unificação do país em 1871.

⁷ Para Gramsci, “a expressão de Cuoco acerca da Revolução Napolitana de 1799 é somente um ponto de partida, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido” (1999, p. 194).

se faz nutrir da inovação, a revolução-restauração “‘sem Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como revolução passiva (...)” (GRAMSCI, 1999, p. 387).

O componente jacobino ou antagonista é a variável-chave da conceituação de revolução passiva. Como deduz W. Vianna (1997):

É a maior ou menor presença ativa do portador da antítese, mesmo que derrotado, o que singulariza uma forma atrasada de uma forma avançada. (...) o ator subordinado pode ser ativo (ou ter sido), sobretudo deve, e é sua ação que vai qualificar o resultado final como mais ou menos ‘atrasado’. (W. VIANNA, 1997, p. 101- 102)

Gramsci vale-se do cenário do *Risorgimento* para corporificar os dois pólos desse binômio. De um lado Cavour, representando os interesses liberal-conservadores da burguesia nascente no norte do país em barganha por autonomia política em condições de subalternidade internacional; de outro Mazzini, representando as difusas aspirações liberal-democráticas dos setores médios e da intelectualidade pela unidade nacional italiana.

(...) no embate Cavour-Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva-guerra de posições e Mazzini o da iniciativa popular-guerra de movimento, Cavour era consciente de sua missão (até certo ponto) ao mesmo tempo em que compreendia a missão de Mazzini, que por sua vez não parece ter sido consciente nem da sua nem da de Cavour. (...) houvera tido tal consciência, (...) o equilíbrio resultante da confluência de ambas atuações teria sido diferente. (GRAMSCI, 1999, p. 187-188)

No caso que aqui tratamos, em 2002, diante da crise de continuidade do padrão neoliberal estabelecido no Brasil a partir dos anos 90, Lula e o PT tinham plena consciência da missão que lhe atribuíam FHC e o oligopólio financeiro. A “estabilização social” proporcionada pelos primeiros tornou-se premissa para a continuidade e o aprofundamento dos processos de reestruturação e flexibilização econômica iniciados pelos segundos. A antítese primeiro torna-se refém voluntária da tese, depois os papéis são invertidos:

(...) é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter o movimento das forças da revolução, decapita o

seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar - mudando, direcionadas, fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social. (W. VIANNA, 2007, p. 51)

É preciso atentar que o momento antitético (o PT, a CUT e sua área de influência nos movimentos sociais) foi se tornando molecularmente compreensivo até finalmente chegar a ser afirmativo. O buraco, muito mais fundo que parece, foi cavado durante a trajetória ascendente do PT no interior da institucionalidade que referendou a decomposição do Estado e da economia nacional. Esta ascensão pacífica e gradual, iniciada após a derrota eleitoral de 1994, só seria possível com o compartilhamento crescente e consciente de propósitos e métodos com os protagonistas originais do desmonte. FHC e a tecnocracia tucana, depois de cumprida a tarefa demarcatória dos interesses oligopolistas-rentistas no Estado, passaram à condição de dedicados balizadores e sinalizadores “externos” dos mesmos. Na construção da chamada “convergência programática” entre PT e PSDB, enquanto o último pontificava acerca do programa, o primeiro se incumbiu da convergência em torno dele.

Uma das criações políticas mais generosas do impulso democratizante da sociedade brasileira voltou-se contra ela, como criatura estranha e ao mesmo tempo parte muito representativa dela, encapsulando-a implacavelmente. Pior que impasse hegemônico e bonapartismo é uma “hegemonia às avessas”⁸, provocação de Francisco de Oliveira, que pode parecer um contrassenso, mas a estupefação não é meramente conceitual.

O “transformismo ininterrupto”⁹ com o qual nos deparamos, mais que de personagens, é de cenários. O deslocamento permanente do capitalismo (setorial, organizativo, territorial) vai tornando ilegíveis as concatenações, as costuras e as

⁸ “São os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista” (Oliveira, 2010, p. 27).

⁹ “[A dialética sem síntese], concedendo primazia aos fatos, estaria orientada para suprimir ou abafar a atividade dos seres sociais que emergiam com a democratização social. Ter-se-ia um processo de transformismo ininterrupto, em que a ordem burguesa sempre se reporiria – a Inglaterra seria o melhor exemplo – pela incorporação, selecionada pelas elites, de grupos e de indivíduos em posição subordinada.” (W. VIANNA, 1995, p. 224).

referências coletivas e identitárias. As fugas para frente agora requerem simultaneamente fugas laterais para solidificar suas fissuras no ato e em processo, recorrendo ao repertório intervencionista devidamente domesticado. Resgatar as condições de legibilidade dos campos de força, e apreender os deslocamentos em antecipação, é tarefa prioritária. Inócuo lamentar o terreno das opções perdidas, se não demonstrarmos a atualização da forma de dominação e as disputas em torno dessa atualização.

Referências:

ALBERT, M. *Capitalism vs. Capitalism*. New York: Four Wall Eight Windows, 1993.

BRAGA, R. “Risorgimento, Fascismo e americanismo: a dialética da passivização”. In FERNANDES, E. *et al. O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 167-182.

BRAGA, R.” Mediações institucionais e inovações metodológicas: a teoria da regulação e a formalização da dinâmica econômica histórica”. *Sociedade e Estado*, vol. 17, n. 2, 2002, p. 429-454.

BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo : Xamã, 2003.

BRAGA, R. “Apresentação”. In: OLIVEIRA, F. RIZEK, C. e BRAGA, R. (orgs.) *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 07-14.

BRENNER, N., PECK, J., THEODORE, N. “Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations.” *SAIS Review* vol. XXIX, n. 1, 2009, p. 49 – 66.

BRENNER, N., PECK, J., THEODORE, N. “Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways.” *Global Networks* vol. 10, 2, 2010, p. 182–222. Disponível em http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner_Peck_Theodore_2010_Global_Networks_final_PDF_file.pdf. Acesso em junho de 2013.

BURAWOY, M. “From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies.” *Global Labour Journal*, Vol. 1, Issue 2, 2010. Disponível em <http://digitalcommons.mcmaster.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1040&context=globalbour>

CUOCO, V. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano: Stampatore Librajo, 1806. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=uGUPAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=passiva&f=false>. Acesso em maio de 2013.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Carcel* -Tomo V. México-DF: Ed. Era, 1999.

HALL, P. & SOSKICE, D. *Varieties of Capitalism*. Oxford University Press, 2001.

HARVEY, D. “Neoliberalismo como destruição criativa.” *Revista de Gestão Integrada em Saúde e Meio Ambiente*, v. 2, nº 4, Tradução de Marijane Vieira Lisboa, Senac-São Paulo, agosto de 2007, p. 1-30. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=4&cod_artigo=74. Acesso em junho de 2013.

JESSOP, Bob. “Liberalism, Neo-Liberalism and Urban Governance: A State Theoretical Perspective.” *Antipode*, 34 (3), 2002a, p. 452-472.

JESSOP, B. *El futuro del Estado Capitalista*. Madrid: Ed. Catarata, 2002b.

JESSOP, B. “Foreword.” In: Van APELDOORN, B., DRAHOKOUPIL, J., HORN, L. (eds.) *Contradictions and Limits of Neoliberal European governance: From Lisbon to Lisbon*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. viii – xi.

JESSOP, B. “The world market, variegated capitalism, and the crisis of European integration.” In: Petros Nousios; Henk Overbeek; Andreas Tsolakis (eds.) *Globalization and European Integration: Critical Approaches to Regional Order and International Relations*. London: Routledge, 2012. p. 91-111.

JESSOP, B. “Variegated Capitalism and the Eurozone Crisis: Modell Deutschland, Neo-Liberalism, and the World Market.” National Bank of Poland. Conference 24 April 2013. Disponível em http://www.nbp.pl/badania/seminaria_files/24iv2013.pdf. Acesso em junho de 2013.

JESSOP, B., JONES, M. “Thinking State/Space Incompossibly.” *Antipode* 42 (5), 2010, p. 1119 – 1149.

JESSOP, B., SUM, L. *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in their Place*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006.

- MARX, K. & ENGELS, F. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. Lisboa: Ed. Avante, 2006. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>. Acesso em maio de 2013.
- OLIVEIRA, F. “Hegemonia às avessas.” In: OLIVEIRA, F. RIZEK, C., BRAGA, R. (orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.
- PAULANI, L. M. “Os Trinta Anos da Crítica à Razão Dualista ou Que Saudades do Subdesenvolvimento.” *Margem Esquerda*, n. 2, 2003, p. 198-204.
- PECK, J. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SANTOS, L. G. de. “Brasil contemporâneo: estado de exceção?” In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 258-325.
- SCHMITTER, P. C. “The New Corporatism: Social and Political Structures in the Iberian World.” *The Review of Politics*, Vol. 36, No. 1, 1974, p. 85-131. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1406080>. Acesso em junho de 2013.
- W. VIANNA, L. “O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci.” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.38, n.2, 1995, p. 224.
- W. VIANNA, L. *Revolução Passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- W. VIANNA, L. “O Estado Novo do PT”. *Política Democrática*, nº 18, 2007, p 45-53. Disponível em <http://issuu.com/revistapd/docs/pd18?e=4021658/3063187>